

Representações Sociais do Deficiente pelos seus Responsáveis Acompanhantes

Gavin Jácome'

Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende''

Resumo

A interpretação do que é o deficiente sempre esteve fortemente atrelada a conjuntura social dos momentos históricos pelos quais passou. Atualmente, apesar dos avanços, o deficiente ainda encontra muitas dificuldades, em partes, fruto da construção culturalmente montada a seu respeito, enxergando-os como inferiores e incapazes. Trata-se de uma pesquisa descritiva aonde a Teoria das Representações Sociais, que busca compreender os conceitos que estão atrelados a determinados fenômenos por parte de um grupo social, foi utilizada com objetivo de verificar como 33 responsáveis ou acompanhantes dos deficientes em um Centro de Ensino Especial os veem. Por meio da aplicação do questionário elaborado de acordo com a Técnica de Associação Livre das Palavras (TALP), foi realizada análise no software IRAMUTEQ, permitindo observar que a representação social desse grupo está vinculada ao “amor” e ao “preconceito”, interligadas pelo caráter “especial” do deficiente.

Palavras-chaves: Representação social. Deficiente. Inclusão.

Social Representations of the Handicapped People by their Guardians

Abstract

The interpretation concerning the handicapped person has always been related to the social conjunctures of the historical moments through which it passed. Currently, in spite of the advances, the handicapped still face many difficulties. In parts, these difficulties derive from the way they are culturally constructed; in this regard, they are perceived as inferior and incapable. This is a descriptive study where the Theory of Social Representations, which seeks to understand the concepts that are linked certain phenomena by a social group, was used with the purpose of verifying how 33 guardians or companion person with disabilities in a Special Education Center see them. Through the application by questionnaire elaborated according to the Free Words Association Technique, the analysis was carried out in the IRAMUTEQ software, and it is possible to observe that the social representation of this group is linked to “love” and to “prejudice”, interconnected by the “special” character of the handicapped.

Key-words: Social representation. Handicapped. Inclusion.

Introdução

Atualmente, as pessoas com deficiência têm lutado e conquistado espaço e reconhecimento na sociedade. Existem diversas políticas públicas voltadas para a inclusão social e a garantia de acesso das pessoas com deficiência aos seus direitos sociais. Mesmo assim, ainda é possível nos depararmos com várias situações de descaso, abandono e preconceito, seja pela falta de uma conscientização adequada, seja pelo fato de, culturalmente, o deficiente ter sido visto e interpretado como diferente e inferior.

Notadamente, verifica-se que as questões políticas, sociais e culturais, historicamente construídas e reforçadas, têm o poder de influenciar na interpretação que se faz dos fenômenos, como é o caso da deficiência. Nesse aspecto a Teoria das Representações Sociais tem papel importante.

Existem estudos sobre as representações sociais do deficiente em relação aos professores (FRAGOSO, F.M.R.A.; CASAL, J, 2012), à mídia (TANIGUTI, M, 2015) e até entre os próprios deficientes (VASCONCELLOS et al, 2011), portanto se faz importante compreender qual a representação social do deficiente para os responsáveis, entendidos como atores que acompanham o desenvolvimento e contribuem diretamente para os processos de inserção desses deficientes nas diferentes esferas do meio social.

Sendo assim, seja para ampliar a compreensão sobre a pessoa com deficiência, a fim de vislumbrar as diversas possibilidades de intervenção que podem contribuir para o seu desenvolvimento, seja para contribuir com a conscientização da sociedade sobre o potencial e as dificuldades que marcam a vida das pessoas com deficiência, pretendemos identificar o núcleo central (ABRIC, 1994) das representações sociais do deficiente por parte das pessoas que acompanham os alunos de um Centro de Ensino Especial, por meio da aplicação do questionário elaborado de acordo com a Técnica de Associação Livre das Palavras – TALP.

O estudo das representações sociais, segundo Moscovici (2003), se propõe a identificar como determinado grupo social compreende e explica qual é a sua maneira de interpretar a realidade social onde está inserido. No caso dos acompanhantes ou responsáveis, por exemplo, a definição de como devem educar as crianças, de quais são as atividades importantes para elas e de muitas

outras decisões, estão mais ancoradas em suas representações sociais do deficiente do que na conceituação científica do que é deficiente.

O presente estudo tem como objetivo, identificar e analisar, a partir do questionário baseado na Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), qual é a estrutura (núcleo central e sistema periférico) das representações sociais do que é o deficiente, por parte dos responsáveis ou de seus acompanhantes.

Ao ter acesso às representações sociais sobre o deficiente por parte dos acompanhantes e responsáveis, os professores, estagiários e todos os demais profissionais que atuam com a criança podem planejar a forma mais adequada para dialogar ou para explicar a eles o escopo da proposta pedagógica, como também, para obter informações relevantes para a definição das estratégias de intervenção mais adequadas para cada caso.

Aspectos históricos da deficiência

Historicamente a sociedade lidou com a deficiência de diversas maneiras, como um reflexo dos valores e dos princípios que fundamentavam a sua organização.

Nas sociedades em que o homem estava em conflito com outros homens ou com a natureza, marcadas, portanto, pela luta em torno da sobrevivência, a conduta diante do deficiente se aproximava do que ocorre no mundo animal. Nesse contexto hostil, desprovido do senso de humanidade, o deficiente era visto tanto como alguém que tinha poucas chances de sobrevivência, como também, como algo que enfraquecia e tornava a sociedade vulnerável aos seus inimigos. Diante disso, os deficientes costumavam ser eliminados.

Essa era a postura adotada por algumas das *pólis* gregas, principalmente, as que tinham uma cultura e um estilo de vida estruturados em torno do caráter bélico, como era o caso de Esparta, que consideravam o deficiente como um castigo dos deuses. Mas, mesmo nos dias atuais, essa ainda é a opção de algumas tribos indígenas, marcadas pelas características supracitadas.

Nas sociedades em que a religião ou a civilização impunham a todos os seus membros um respeito incondicional para a vida, o deficiente passa a ser uma responsabilidade ora da família, em uma esfera privada, ora do Estado, em uma esfera institucional, que esteve sob o controle de entidades religiosas, ou

da sociedade cível organizada ou da ciência moderna. Todas essas condutas tinham em comum o isolamento do deficiente em relação ao convívio social, razão pela qual era caracterizada como uma forma de invisibilidade social.

Na sociedade cristã ocidental, a doutrina da soberania de Deus e a fé nos milagres, deram ao deficiente uma nova condição. Jesus, ao longo do seu ministério, curou cegos, coxos, mudos, paráliticos dentre outros; enquanto a lei condenava os leprosos à segregação, ele se aproximou deles e os curou. Esse testemunho transforma a maneira de ver e se relacionar com o deficiente. O relacionamento para a estar pautado no princípio do amor ao próximo e convida para uma aproximação com a pessoa deficiente.

A sociedade democrática, organizada em torno de Estado de Direito, tem como preceitos fundamentais a universalidade dos direitos humanos. A pessoa com deficiência passa a ser vista como um cidadão, titular dos mesmos direitos sociais que os demais. Surgem políticas públicas que visam garantir a sua inclusão social e a isonomia, quando passam a receber apoio para que tenham acesso ao mesmo atendimento prestado aos outros.

Se compararmos com a situação inicial, quando a sociedade rejeita a pessoa com deficiência, todas as demais posturas sociais diante da questão da deficiência, são marcadas por conquistas e avanços. Se a opção por manter a pessoa com deficiência em casa representa um confinamento social, por outro lado, lhe confere um ambiente de convívio com seus familiares, logo, temos pontos positivos e negativos.

O mesmo ocorre com a opção pela institucionalização. Se a pessoa com deficiência passa a ter acesso a um atendimento especializado e a conviver com outras pessoas com deficiência, por outro lado, distancia-se e perde o contato afetivo com a família, temos, portanto, novamente pontos positivos e, concomitantemente, pontos negativos.

O mesmo é notado nas modernas políticas afirmativas, como as propostas de uma educação inclusiva ou da inclusão no mercado de trabalho. Se por um lado elas defendem o direito da pessoa com deficiência de acesso à educação e ao trabalho, por outro lado, não tem força o suficiente para garantir todas as condições necessárias para que esse atendimento seja realizado com qualidade.

Isso demonstra como a luta pela inclusão social da pessoa com deficiência é algo complexo, que não vai ser resolvido somente com novas legislações ou com políticas públicas. É preciso defender a participação, de maneira plena, do deficiente em todas as esferas sociais.

Dentro dessa perspectiva, quem deve ser alvo de um tratamento especializado não é mais a pessoa com deficiência e sim a sociedade. A deficiência não é da pessoa e sim do aparelho social, que não está devidamente equipado com recursos que permitem, por exemplo, que uma pessoa cega transite livremente pela cidade.

Esse apanhado histórico evidencia que as diversas transformações socioculturais na forma de enxergar e lidar com o deficiente foram produtos de mudanças na significação e representação social desse conceito, relacionados as mais diferentes perspectivas sobre o fenômeno pelas mais variáveis vertentes (científica, médica, cultural, religiosa, educacional etc.).

No Brasil, a incorporação à legislação da Convenção da Organização da Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2008, na forma equivalente à emenda constitucional, confere maior importância, reconhecimento e respeito aos deficientes. O documento aborda diversos aspectos importantes, desde as temáticas de inclusão, saúde, educação, lazer ao direito ao trabalho.

Porém do campo teórico a prática, vários aspectos permeiam a vida e convivência dos deficientes no meio social, e o estigma que a deficiência ainda carrega tem peso e importância nessas relações. Nesse sentido o estudo das representações sociais, que surge como meio de compreender determinados fenômenos, permite aprendermos a lidar melhor com eles.

O estudo das representações sociais e o núcleo central das representações

O estudo das Representações Sociais foi proposto por Serge Moscovici (1976). Como explica Reigota (2002), o conceito de representações sociais remonta ao século passado, com a sociologia de Émile Durkheim, que buscava entender a importância das representações sociais dentro de uma coletividade e como elas influenciavam nas decisões particulares dos indivíduos. Na época

analisando o suicídio, porém, hoje, o conceito de representações sociais é usado para entender os mais variados fenômenos.

Segundo Moscovici (2003), as representações sociais devem ser entendidas como um conjunto de explicações, interpretações e conceitos que emanam da vida cotidiana e em meio as comunicações interpessoais. São, portanto, construções vinculadas ao convívio social, uma forma de saber prático, equivalente a uma versão moderna do senso comum.

Uma representação social é o senso comum que se tem sobre determinado tema, onde se incluem também os preconceitos, ideologias e características específicas das atividades sociais e profissionais das pessoas (MOSCOVICI, 2003, p.12).

O presente estudo apoiou-se na “Teoria do Núcleo Central das Representações Sociais” que, como define Sá (2002), é uma abordagem complementar à teoria de representações sociais, uma espécie de refinamento metodológico.

O Núcleo Central é descrito como um conceito que possibilita uma análise das representações sociais segundo uma abordagem estrutural, uma vez que se pauta na organização gráfica dos seus elementos. Porém, como a estrutura não é algo dissociado do conteúdo, o núcleo central também é capaz de apontar para uma interpretação inicial do conteúdo de uma representação social (Sá, 2002).

Essa estrutura, organiza as representações sociais em dois subsistemas, o central e o periférico. Como explica Abric (1994), o sistema central é consensual e historicamente determinado, sendo estável e coerente, enquanto o sistema periférico é flexível e adaptativo, sendo relativamente heterogêneo e maleável quanto ao seu conteúdo.

Sendo assim, no núcleo central de uma representação social estão os aspectos mais relevantes, enquanto o sistema periférico engloba entendimentos complementares e residuais, porém não menos importantes, acerca do núcleo. Dessa forma, a compreensão de uma determinada representação social, deve levar em consideração não só o conteúdo obtido, mas também sua estruturação.

Essa teoria se apoia na ideia de que para ter uma representação social, necessita-se de um grupo que tenha conhecimento e proximidade com o objeto pesquisado (Sá, 1998). Dessa forma as representações sociais podem ser

entendidas como uma interpretação e o entendimento que determinado grupo tem acerca de um determinado fenômeno.

Esse entendimento ou interpretação que se faz a respeito de um fenômeno tem papel fundamental na interação social que se tem diante dele. Conforme elucida Sá (2002), existem relações diretas entre a produção de modificações significativas no comportamento dos indivíduos e mudanças de uma representação social, entendendo que as reações diante de um objeto dependem de como ele é visto. Ou seja, as representações sociais influenciam posturas e condutas diante dos fenômenos.

Metodologia

Para fins de investigação das representações sociais sobre o deficiente por parte dos seus responsáveis, a pesquisa foi desenvolvida em um Centro de Ensino Especial, localizado em Planaltina, região administrativa do Distrito Federal. O local presta-se a atender alunos que não tem perspectiva imediata de Integração ou Inclusão Escolar na Rede Regular de Ensino, contando com mais de 60 turmas que incluem diversos diagnósticos.

A escolha do local foi motivada pela facilidade de reunir uma quantidade adequada de sujeitos para composição da amostra, ao mesmo tempo, pela possibilidade de selecionar um grupo de pessoas com características semelhantes, o que permite entender da melhor forma possível, o que é o deficiente para esse determinado grupo. Ao todo, entre homens e mulheres, foram 33 participantes.

A coleta de dados ocorreu mediante aplicação de um questionário simples, previamente elaborado pelos pesquisadores, com duas páginas, aplicado aos pais ou responsáveis que fazem o acompanhamento dos deficientes no Centro de Ensino Especial.

O questionário está pautado na técnica de associação livre de palavras (TALP), ou evocação livre de palavras, que consiste em pedir aos sujeitos que, a partir de um termo indutor, apresentado pelo pesquisador, escrevam as seis primeiras palavras ou expressões que lhes vem à mente. Como termo indutor, o questionário utilizou a expressão: “o que é deficiente”?

Após essa primeira etapa, os sujeitos devem, relendo as palavras ditas, enumerar, em uma ordem de prioridade de 1 a 3, as mais importantes. Esse procedimento, segundo sugere Sá (2002), envolve os participantes no processo de tabulação dos dados, visto que esclarecem o sentido de suas respostas.

A articulação dessas duas etapas propicia a análise da estrutura do núcleo central das representações sociais, ao passo que avalia a frequência das palavras utilizadas e também a ordem média de evocação, atribuindo peso diferente as palavras evocadas em primeiro lugar.

Em seguida, os sujeitos devem fornecer informações gerais que permitam a caracterização das pessoas que participaram da amostra, e, paralelamente, a compreensão de quem é o deficiente.

Por se tratar de uma amostra formada por conveniência, com indivíduos autoselecionados, que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa, o único critério de inclusão foi a assinatura ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Apenas um questionário foi excluído da amostra, visto que o participante não conseguiu preenchê-lo.

Devido a realidade local, com a grande parte dos responsáveis ou acompanhantes não alfabetizados e visando padronizar a coleta, o questionário foi aplicado em forma de entrevista estruturada, ocorrendo em 5 visitas em diferentes turnos. Para cada sujeito, o pesquisador leu e respondeu os questionários em entrevistas individuais, realizadas de maneira isoladas para que as respostas de um indivíduo não influenciassem nas dos demais.

Após a coleta, todos os dados foram tabulados e posteriormente analisados no IRAMUTEQ, software gratuito que faz análise lexical, permitindo nesse caso, por meio da chamada análise prototípica, avaliar frequência de evocação e disposição hierárquica das palavras, a partir de uma estrutura de quatro quadrantes, sendo: (1) Palavras mais frequentes e mais importantes; (2) Palavras mais frequentes de baixa importância; (3) Palavras menos frequentes e mais importantes e; (4) Palavras menos frequentes e de baixa importância. A partir dele encontramos, respectivamente, seguindo a ordem dos quadrantes, o núcleo central, a primeira periferia, a zona de contraste e a segunda periferia das representações sociais.

Resultados

Participaram do estudo 33 indivíduos, sendo 28 mulheres e 5 homens. A tabela 1 apresenta uma caracterização ampla da amostra.

Desse grupo que fazia acompanhamento de um familiar deficiente no Centro de Ensino Especial, 25 eram mães, 4 eram pais, 2 eram avós, uma prima e o outro, irmão.

Tabela 1 Caracterização da amostra em sexo e idade e respectivo desvio padrão.

| | Quantidade (%) | Média da idade (anos) | Desvio padrão da idade |
|----------|----------------|-----------------------|------------------------|
| Mulheres | 85% | 37,6 | ± 10,8 |
| Homens | 15% | 31,6 | ± 11,5 |

Quanto ao nível de escolaridade do grupo, 13 participantes tinham ensino fundamental incompleto, 4 ensino fundamental completo, 10 com ensino médio completo e 6 com ensino superior completo.

No tocante a profissão, o grupo reuniu: 2 cabeleireiras, 2 pedagogas, 3 estudantes, 3 trabalhadores rurais, 1 manicure, 1 doméstica, 1 merendeira, 1 funcionário público, 1 repositor e 18 donas de casa.

A renda familiar se subdividiu em 3 grupos de acordo com o número de salários mínimos (SM). Com 22/33 dos participantes tendo renda familiar de até 2 SM, 10/33 com renda familiar entre 3 e 5 SM, e apenas 1/33 participante da amostra com renda familiar acima de 5 SM.

Quanto a estrutura familiar dos deficientes acompanhados, 22/33 residiam com pai e mãe, sendo que destes, a maioria tinha pelo menos um irmão. Do total da amostra, 2/33 não residiam com mães e sim com a avó. O restante vivia com a mãe, e um pouco mais da metade destes eram filhos únicos, sendo que 2 moravam também com padrasto.

Dos deficientes acompanhados pelos responsáveis no Centro de Ensino Especial de Planaltina-DF, 88% recebiam algum tratamento complementar à escola.

Com o objetivo de entender se as condições ou características dos deficientes acompanhados poderia acarretar em alguma mudança nas representações sociais pesquisada, observamos os diagnósticos e graus de

comprometimento nas esferas motoras, linguagem/cognitiva e interação social a partir de respostas dos responsáveis acompanhantes. O grupo abrangeu diagnósticos de Hidrocefalia (3), Síndrome de Down (6), Autismo (4), Paralisia Cerebral (5), Retardo Mental (2), Escafocefalia (1), Baixa visão (1), TDAH (1), Transtorno mental (1), Epilepsia crônica (1) e ainda crianças com atraso no desenvolvimento (2) e 5 em investigação. Porém não foi possível, devido a baixa quantidade de elementos no grupo após a estratificação em diferentes diagnósticos, notar diferenças entre o quadro clínico e a representação social encontrada, visto que seriam necessárias amostras maiores e organizadas com essa finalidade.

Adentrando a parte referente a associação livre das representações sociais e seguindo as indicações de análise prototípica propostas por Wachelke e Wolter (2011), apresentamos algumas informações importantes acerca das estratégias de avaliação utilizadas.

Por aproximação, e seguindo as mais prevalentes, algumas palavras foram alteradas. “Alegre” foi transformado em “alegria”. “Diferença” passou à “diferente”. “Feliz” passou a “felicidade”; “carinhoso” foi aproximado de “carinho”; “amorosa” foi transformado em “amor”; “Dependência” foi aproximado de “dependente”

Por interpretação, alguns termos foram reduzidos a palavras, e em casos aonde o entrevistado não conseguiu dissociar duas palavras, apenas uma foi escolhida, seguindo o critério (1) das mais frequente entre as demais, ou (2) a primeira, em caso de palavras ainda não presentes na tabela. Nesse procedimento “necessidade de interação” e “necessidades especiais” passaram à “necessidade”; “novidade/experiência” passou à “experiência”, “olhar com dó” foi reduzido à “pena”; “Amam mais/ afetivas” foi reduzido à “afetivas”; “cuidado/atenção” e “cuidados especiais” foram reduzido à “cuidado”; “Problemas” e “problemas mentais” foram reduzidos à “problema”; “defesa/ proteção” foi reduzido à “proteção”; “enfrentar barreiras” foi aproximado à “enfrentamento”; “escolha divina” e “vontade divina” foram reduzidas à “Deus”; “força de vontade” foi reduzida à “forte”; “Ser humano” foi reduzido à “humano”; “ser julgado/ visto como estranho” foi aproximado de “preconceito”; “Amigo/ companheiro” foi reduzida à “amigo”

Ao todo foram 198 evocações, com uma média geral de frequência de 2,41. Após os procedimentos de lematização já citados, a frequência mínima considerada para inclusão nos quadrantes foi de 3, o equivalente a aproximadamente 9% da amostra.

Referente aos pontos de corte para as coordenadas dos quadrantes, foi utilizada a ordem média de evocação de 3.4, aonde palavras com valores iguais ou inferiores a este, foram consideradas como tendo baixa ordem de evocação. Para os critérios de frequência, optou-se por usar o ponto de corte igual ou superior a 4.4, aonde evocações que estivessem dentro dessa valoração, seriam consideradas de alta frequência, o que totalizou algo acima de 40% do total das evocações.

A tabela 2 apresenta conteúdo e estrutura encontrada na representação social do deficiente por parte de seu responsável acompanhante em um Centro de Ensino Especial, antes da aplicação do procedimento de hierarquização.

Tabela 2. Análise prototípica ao termo indutor "O que é deficiente?" dos acompanhantes ou responsáveis (N= 33).

| | Ordem média evocação ≤ 3.4 | | | Ordem média evocação > 3.4 | | |
|-----------------------|----------------------------|------------|-----|----------------------------|------------|-----|
| | Palavra | Frequência | OME | Palavra | Frequência | OME |
| Freq. ≥ 4,4 | Preconceito | 16 | 3,4 | Cuidado | 7 | 3,9 |
| | Amor | 15 | 3,4 | | | |
| | Especial | 13 | 2,3 | | | |
| | Dificuldade | 11 | 3,2 | | | |
| | Diferente | 9 | 3,1 | | | |
| | Carinho | 6 | 3,3 | | | |
| | Limitação | 6 | 3,0 | | | |
| Freq. < 4,4 | Necessidade | 4 | 3,0 | Alegria | 3 | 7,0 |
| | Atenção | 4 | 3,0 | Igualdade | 3 | 5,3 |
| | Dependente | 3 | 2,3 | Problema | 3 | 4,7 |
| | Ajuda | 3 | 2,3 | Aceitação | 3 | 5,0 |

O gráfico de similitude, em formato de árvore, é um recurso que contribui para a compreensão da associação existente entre os termos que fazem parte do núcleo central das representações sociais, o que complementa a discussão sobre as relações existentes entre a sua estrutura e o seu conteúdo. Apresentamos a seguir o gráfico de similitude com destaque para as comunidades de sentido, assinaladas com cores diferentes.

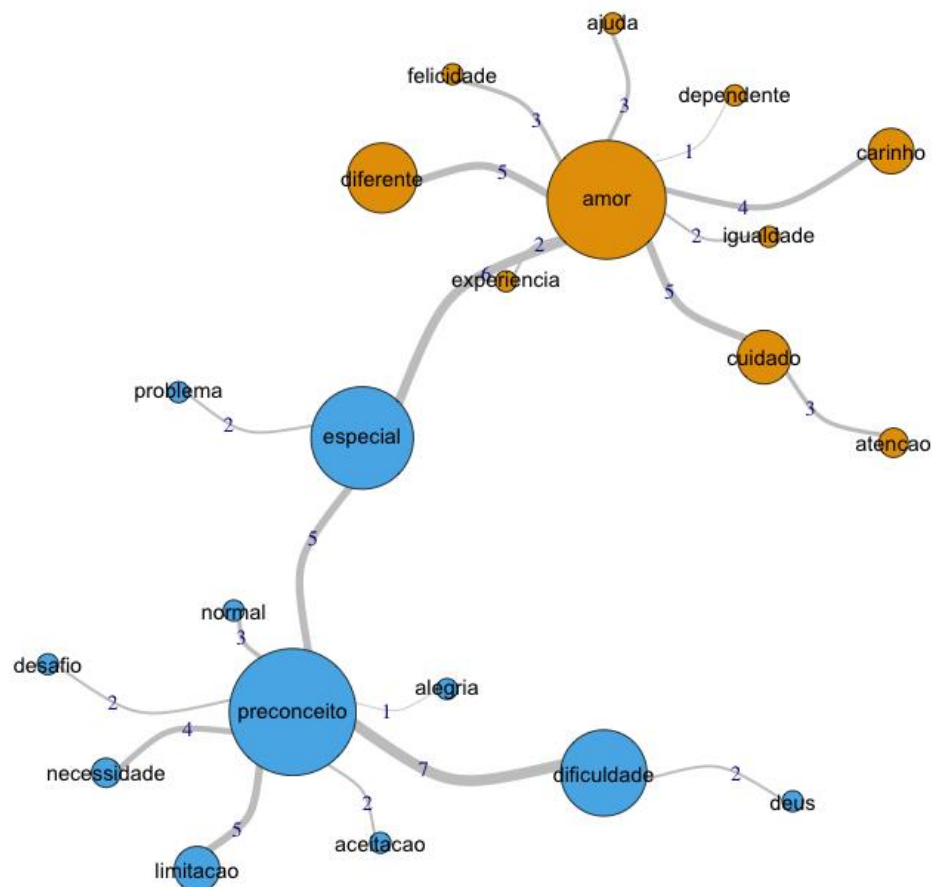


Gráfico 1 – Árvore de similitude das representações sociais de deficiente por parte dos acompanhantes ou responsáveis (N=33)

Por último, como uma análise de caráter complementar, não prevista inicialmente, separamos os dados por sexo, masculino (N=5) e feminino (N=28), a fim de verificar tendências que podem ser alvo de estudos posteriores. A despeito do evidente desequilíbrio do número de sujeitos em cada subgrupo, e do pequeno número de sujeitos do sexo masculino, o termo “amor” apresentou uma frequência alta (freq. = 14) para o grupo feminino, e ficou localizado na primeira periferia, enquanto não apareceu na análise prototípica do grupo masculino.

Discussão

O cruzamento dos dados da análise prototípica com a de similitude sugere que o núcleo central das representações sociais dos acompanhantes ou responsáveis sobre “o que é deficiente?” tem dois elementos chaves: preconceito e amor. Os demais termos estão organizados em torno desses elementos e contribuem para delimitar a sua compreensão, de forma que os termos “dificuldade”, “limitação” e “especial” reforçam o conceito de “preconceito”, enquanto os termos “carinho”, “cuidado” e “diferente” o conceito de “amor”.

O processo de ancoragem, segundo Moscovici (2003), um dos aspectos chaves na gênese e na dinâmica de transformação das representações sociais, procura identificar os quadros socioculturais pré-existentes que auxiliaram os acompanhantes ou responsáveis a construir essa compreensão sobre o deficiente.

Sendo assim, o preconceito pode ser apontado como um conceito que está ancorado: primeiro, na sua própria experiência de contato com a deficiência, pois, até então, lidava com ela somente como algo que se ouvia falar, mas, agora, passou a ter uma experiência concreta e direta com ela, o que desfez alguns preconceitos, mas também, aumentou a sua compreensão sobre a realidade, marcada por dificuldades e limitações.

Em segundo lugar, o conceito de preconceito também está ancorado na compreensão científica da deficiência. O pronunciamento dos especialistas que lidam com a pessoa com deficiência quase sempre dedica um espaço para a conscientização da sociedade sobre o seu potencial de aprendizagem e de interação social, normalmente, subestimado. O combate ao preconceito também é uma das principais diretrizes das políticas públicas de garantia dos direitos das pessoas com deficiência, o que reforça essa questão.

Em terceiro lugar, o conceito de preconceito está ancorado não somente nos preconceitos que os acompanhantes (assim como todos nós) tinham antes de conhecer de perto uma pessoa com deficiência, ou, no discurso científico e político sobre a deficiência, mas, na confirmação de suas experiências pessoais, a partir do convívio com o deficiente em diversas situações sociais concretas em que o preconceito se manifesta. A verdade é que o próprio deficiente,

principalmente na infância, não compreende o preconceito. Logo, quem vive o preconceito são seus acompanhantes ou responsáveis.

A objetivação, processo complementar que, segundo Moscovici (2003) auxilia na compreensão das representações sociais, entra em jogo nesse caso com o conceito de especial, que pode ser apontado como um termo de ligação entre preconceito e amor, e a imagem concreta que se quer transmitir sobre a pessoa com deficiência. Primeiro para dar sustentação a reivindicação pelos direitos sociais, tendo em vista que se trata de um cidadão, que se diferencia dos demais por ser especial, não mais por ser deficiente. Segundo para compartilhar com a sociedade que, a despeito das dificuldades, o convívio com as pessoas com deficiência enriquece as nossas experiências de vida e diversifica a nossa cultura.

No caso do conceito de amor, a ancoragem está associada à maternidade. Em primeiro lugar, a criança com deficiência é considerada como filho(a), os demais conceitos complementam, mas, nunca disputam a centralidade que caracteriza o amor.

Como vimos na análise dos dados divididos por sexo, esse termo está presente com esse destaque somente nas representações sociais das mulheres, o que ajuda a entender porque muitos maridos/pais abandonam suas famílias após o nascimento de uma criança com deficiência: é porque, nesses casos, eles têm dificuldade para reconhecer a criança como filho. Não é o caso dos homens que participaram do estudo e que estão desempenhando o papel de cuidadores diligentes.

O conceito de amor também está ancorado em uma visão religiosa, como não pode deixar de ser na nossa sociedade, em função da matriz cultural cristã. Mesmo não tendo aparecido de forma direta e destacada nas evocações, o carinho e o cuidado (termo que está na primeira periferia do núcleo central) com o próximo é considerado como um dever de todos, principalmente em relação às pessoas que são diferentes e estão em uma situação de vulnerabilidade.

Na tabela 2, da análise prototípica, denominada de zona de contraste, os termos atenção, dependente e ajuda reforçam o conceito de amor, mas também, aproximam-se de uma compreensão geral que se tem sobre a infância. Essas são atitudes que devemos ter diante de todas as crianças, o que também ajuda a explicar a tendência que temos de infantilizar as pessoas com deficiência,

mesmo quando já são adultos, nos dirigimos e nos referimos a elas como se fossem ainda crianças, pois, continuam tendo as mesmas necessidades que consideramos como típicas das crianças.

Esse último tópico também pode ser apontado como um aspecto chave da objetivação. A zona de contraste contém palavras que reforçam a questão das atenções especiais que um deficiente requer da família e de seu responsável, e que muitas vezes se materializa na figura de uma “criança grande”, ou seja, corpo de adulto, mas, comportamento de criança. Outra figura recorrente é o deficiente como uma “eterna criança”.

No último quadrante temos a segunda periferia, palavras que tiveram baixa frequência e alta ordem média de evocação, ou seja, foram evocadas poucas vezes e foram ditas em último lugar. Nesse sentido, as palavras “alegria”, “igualdade”, “problema” e “aceitação”, marcam algumas evocações mais ligadas ao aspecto individual dos sujeitos.

Retornando à caracterização da amostra, observa-se que mais de 54% das mulheres são donas de casa, logo, é possível que esse perfil tenha uma influência na configuração do núcleo central das representações sociais do deficiente, considerando que, essa parcela da amostra pode estar sobrepondo, à visão que tem da criança deficiente, a sua própria identidade social, como uma mulher cujo principal papel que desempenha diante da sociedade é ser mãe e, ao mesmo tempo, ter cuidado e dedicação exclusiva ao deficiente.

Como uma síntese final vamos construir uma frase com as expressões que estão em jogo nas representações sociais dos acompanhantes ou responsáveis de pessoas com deficiência:

A criança com deficiência e a sua família precisam aprender a lidar com o preconceito, ainda enraizado na nossa sociedade, que lhe impõe limitações e amplia as dificuldades para sua inclusão social. No cotidiano familiar, porém, a vida dessas crianças especiais está marcada pelo amor, principalmente de suas mães, que dedicam a ela carinho e cuidado.

Conclusão

O crescente espaço, nas mais diferentes esferas do meio social, que o deficiente vem ganhando, fruto das suas lutas sociais, repercute em novas interpretações sobre o “que é ser deficiente” e “o que o deficiente pode fazer”, modificações importantes para que continuem a obter conquistas no convívio social.

No entanto, ainda existem muitas barreiras a serem vencidas em casa e na sociedade. É preciso nos juntarmos aos os pais, responsáveis e familiares, para que o deficiente tenha cada vez mais espaço e lugar na sociedade. A família, juntamente ao Estado e aos profissionais, são corresponsáveis pela inserção dos deficientes nas mais diversas esferas sociais.

Nesse aspecto, o estudo das representações sociais se mostra muito importante, ao passo que permite compreender as ideias e conceitos que circundam esses fenômenos. Compreender essas representações permite atacar essa questão social com estratégias de intervenções direcionadas para manutenção ou mudança de paradigmas.

O presente estudo permitiu observar que as representações sociais do deficiente por parte de seus responsáveis e acompanhantes em um Centro de Ensino Especial está articulada em dois pilares, o preconceito, relacionado as dificuldades e barreiras que enfrentam, e, o amor, relacionado a questões afetivas, sendo que os dois se interligam pelo caráter “especial” do deficiente.

A pesquisa sugere que outros estudos semelhantes sejam realizados, inclusive com a possibilidade de avaliar separadamente variáveis de caracterização da amostra, como por exemplo se existe diferença, na representação de responsáveis acompanhantes do sexo masculino e feminino, ou pelo diagnóstico e gravidade da deficiência acompanhada.

Referências

- ABRIC, J.C. **Les représentations sociales: aspects théoriques**. In: ABRIC, J.C (ed). *Pratiques sociales e représentations*. Paris, Presses Universitaires de France, p. 11-35. 1994.
- FRAGOSO, F.M.R.A.; CASAL, J. **Representações sociais dos educadores de infância e a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais**. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 18, n. 3, p. 527-546, jul.-set., 2012.
- MOSCOVICI,; Representações sociais. In: GUARESCHI P.& JOVCHELOVITCH, S. **Textos em Representações Sociais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SÁ, Celso P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais** / Celso pereira de Sá. Ed. UERJ. Rio de Janeiro. 1998.
- SÁ, Celso P. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
- TANIGUTI, M. **A representação social do deficiente na mídia**. *Anais do EVINCI – UniBrasil*. v. 1, n. 3. 2015.
- VASCONCELLOS, K.M; SANTOS, M.F; ALMEIDA, M.O.A. **A representação social do aluno com deficiência na Educação inclusiva: o olhar das crianças**. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.6, n.2, p. 277-287, jul. Dez. 2011.
- WACHELKE, J., & WOLTER, R. (2011). **Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4),521-526.
- ONU. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Disponível em:<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaopessoascomdeficiencia.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2018.